

MPF pede arquivamento de inquérito contra Wajngarten

Empresa de ex-chefe da Secom recebeu verbas de grupos contratados pelo governo

José Marques

BRASÍLIA O Ministério Público Federal pediu o arquivamento de um inquérito contra Fábio Wajngarten, que chefiou a Secretaria de Comunicação Social do governo Jair Bolsonaro (PL), após a sua empresa ter recebido verbas públicas por meio de grupos empresariais que tinham contrato com o governo à época. A solicitação do arquivamento, feita pelo procurador da República Frederick Lustosa de Mello à 2ª Vara Federal Criminal do DF, tem como justificativa a ausência de provas e a "inesistência de linha investigativa idônea".

A investigação apurava se houve a prática dos crimes de advocacia administrativa e de peculato por Wajngarten. Os investigadores chegaram à conclusão de que não há evidências de condutas delitivas pelo ex-chefe da Secom.

"Ao compulsar os autos e analisando as provas (unidades do presente inquérito, observando-se que a conduta investigada não se ajusta à moldura dos tipos penais descritos), disse o procurador em seu pedido de arquivamento. "Nenhuma das hipóteses criminais ventiladas restou evidenciada", acrescentou Lustosa de Mello.

"Considerando que os dados colhidos não foram suficientes para caracterização dos supostos delitos investigados, mostra-se inócua o prosseguimento do feito, não havendo elementos de infor-

mação suficientes para oferecimento de denúncia ou para novas diligências complementares". No pedido, é juntado um trecho de outra decisão favorável a Wajngarten que tratou do tema em que um juiz dizia que não via "conduta imoral, tampouco ilegal e lesiva ao patrimônio público".

É praxe que, após o pedido do Ministério Público, a Justiça determine o arquivamento de investigações. Em 2022, a Folha mostrou que a empresa de Wajngarten recebeu dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, por ministérios e por estatais do governo Bolsonaro.

A FW Comunicação e Mar-



Fábio Wajngarten, que foi chefe da Secom na gestão Bolsonaro. Adriano Machado (29 jan. 20) / Reuters

keting oferecia ao mercado um serviço conhecido como Controle da Concorrência. O ex-chefe da Secom tinha 95% das cotas da empresa, e sua mãe, Clara Wajngarten, outros 5%, segundo dados da Receita e da Junta Comercial de São Paulo.

A empresa fornecia estudos de mídia para TVs e agências, incluindo mapas de anunciantes do mercado. Também fazia o chamado checking, que é averiguar se peças contratadas foram veiculadas. À época, a FW tinha contratos com ao menos cinco empresas que recebem do governo, entre elas Band e Record, cujas participações na verba publicitária da Secom cresceram na gestão Bolsonaro.

Além das TVs, a FW tinha contratos de checking para agências que faziam publicidade da Caixa, a Artilharia, a Nova/SB e a Propeg.

Sob o comando de Wajngarten durante o governo Bolsonaro, a Secom passou a destinar para Band, Record e SBT fatias maiores da verba publicitária para TV aberta, enquanto a Globo, líder de audiência, viu suas receitas despencarem a um patamar mais

baixo que o das concorrentes. A época da reportagem, Wajngarten afirmou à Folha que não havia "nenhum conflito" de interesses em manter negócios com empresas que a Secom e outros órgãos do governo contrataram. "Todos os contratos existem há muitos anos e muito antes de sua ligação com o poder público", dizia a nota. Wajngarten afirmou ainda que, para assumir sua função no Planalto, deixou o posto de administrador da FW, "como rege a legislação".

Indagado e reportou à Comissão de Ética da Presidência os negócios com TVs e agências, conforme prevê a lei, ele respondeu que "jamais foi questionado" a respeito. Wajngarten informou que sua empresa tinha, no período, contratos apenas com Record e Band, assinados desde 2007. "Os valores e as características contratuais têm cláusula de confidencialidade". Atualmente, o ex-chefe da Secom é advogado de Bolsonaro nas investigações da PF relacionadas que têm o ex-presidente como um dos alvos e tratam da suspeita de participação em uma tentativa de golpe de Estado.

PF indicia Zambelli e hacker Delgatti por invasão ao site do CNJ

BRASÍLIA E SÃO PAULO JUIZ A Polícia Federal indiciou a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti Neto pela invasão ao site do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A informação foi confirmada ao UOL pelo advogado da parlamentar.

A PF concluiu o inquérito sobre a invasão, que apurava se Zambelli contratou o serviço do hacker para esse fim.

O relatório da PF ainda se referiu ao PGR (Procurador-Geral da República), que vai decidir se a deputada será ou não denunciada ao STF (Supremo Tribunal Federal). Por meio de nota, a defesa de Zambelli negou as alegações. "Ela jamais fez qualquer tipo de pedido para que Walter Delgatti procedesse invasões a sistemas ou praticasse qualquer ilicitude. Aliás, a ar-

bitrária interpretação deduzida pela autoridade policial asseverando que a deputada tenha recebido eventualmente documentos, não evidencia adesão ou qualquer tipo de colaboração, ainda mais que ficou demonstrado que não houve qualquer encaminhamento a terceiros", diz o texto.

A defesa de Delgatti declarou que "não se surpreende com o indiciamento". Desde

sua prisão, Walter confessou sua participação na invasão da plataforma do CNJ. O indiciamento de Carla Zambelli confirma que Walter, a todo momento, colaborou com a Justiça, levando a PF até a mandante e financiadora dos atos perpetrados por ele, diz a nota. O advogado Arivaldo Moreira diz que pretende "reiterar o requerimento que tem como objetivo a liberdade de

Walter". Segundo ele, não há "motivo para manutenção da custódia cautelar, uma vez encerrada a investigação". Em depoimento à PF em novembro do ano passado, Zambelli já havia negado a suposta contratação do hacker. Ela redimiu ter contratado Delgatti apenas para fazer um novo site para ela, no valor de R\$ 3.000. Outros R\$ 10 mil teriam sido pagos por Renan Cou-

lart, então assessor da parlamentar, para suposta compra de garrafas de usque. Delgatti já havia assumido a autoria do falso mandado contra Moraes. O hacker afirmou que o falso documento serviu como prêmio de consolação para Zambelli. Segundo ele, a deputada havia lhe pedido que hackeasse as urnas eletrônicas e as contas do ministro.

CONHECIMENTO E HISTÓRIA EM DOIS LIVROS ESSENCIAIS

Uma imersão completa na herança jornalística da Folha em dois volumes imperdíveis.

Desenvolvido por uma equipe especializada, o "Manual da Redação" abrange os principais conteúdos sobre as boas práticas da escrita e normas da língua portuguesa de forma detalhada, para evitar os erros mais comuns no cotidiano. Referência essencial para profissionais de todas as áreas que precisam apresentar textos claros e bem redigidos.

Disponível também na versão digital!

Compre já o Manual:



manualdaredacao.folha.com.br

22ª EDIÇÃO

Manual da Redação

R\$ 89,90

R\$ 72,90

APROVEITE FRETE GRÁTIS!



R\$ 43,30

primeirapagina.folha.com.br

A mais nova edição do livro "Primeira Página" reúne as capas mais importantes da Folha nos últimos 100 anos e convida o leitor a viajar no tempo por meio das manchetes e entender o momento presente. Tudo para você deixar registrado os acontecimentos mais marcantes da história em um só material.

Adquira já o Primeira Página:



*Frete grátis para os estados de SP, RJ, MG e PB.